

## Crise urbana em Natal na virada para os anos 1920: impasses da modernização e saberes técnicos<sup>1</sup>

**George Alexandre Ferreira Dantas**

Arquiteto e Urbanista, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da EESC/USP, Av. Trabalhador São-carlense, 400, Centro, CEP 13566-590, São Carlos, SP, e-mail: georgeafdantas@hotmail.com

### Resumo

Este artigo discute o contexto e as representações de “crise” urbana que foram formuladas sobre Natal na virada para os anos 1920. Esse é o ponto de partida para problematizar as propostas e ações anteriores de transformação da cidade, centradas principalmente na questão da salubridade urbana, e para compreender a rearticulação do “projeto” de modernização que seria empreendido na década em questão e no qual a ascensão do saber técnico, do médico e do engenheiro, foi fundamental.

*Palavras-chave:* Natal – “crise” e modernização urbana – representações

A afirmação de um clima benfazejo, que se impunha aos males dos homens, às suas “orgias de mil pecados, sem remissão e sem remédio”, é central na leitura que o médico Januário Cicco fez sobre Natal e as endemias e epidemias que vicejavam em seu espaço urbano. Retomando alguns elementos constitutivos da medicina social e da discussão higienista e sanitaria sobre as cidades, Cicco inscrevia-se assim nos meandros de uma disputa que buscava justificar e legitimar o saber, os discursos e as práticas de um conjunto de intelectuais e profissionais – principalmente médicos e engenheiros – que secundaram ou mesmo lideraram, imiscuídos na estrutura de poder da República Velha, a busca deste tema obsessivo para a época: o progresso<sup>2</sup> (Telles, 1999; Bresciani, 1998; Herschmann, 1994).

*Natal é a cidade mais saudável do Norte do Brasil. À margem do oceano e cercada por montanhas de areia ou dunas, cobertas de exuberante vegetação, é batida pelo vento leste-sudeste constante e moderado, trazendo à cidade as riquezas de um ar marinho, leve, puro e tonificador. De clima*

*temperado, a sua temperatura não excede de 32° à sombra* (Cicco, 1920, p.07).

Assim Januário Cicco, formado pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1906, iniciava a sua topografia e geografia médicas sobre Natal, publicadas em seu livro “Como se Higienizaria Natal”, de 1920. Ocupando alguns dos principais cargos da área da saúde na cidade nesse período – era Inspetor da Saúde do Porto, chefe das clínicas do Hospital de Caridade Jovino Barreto e médico da Empresa Tração, Força e Luz (ETFL) –, Cicco transitava por diversas áreas e esferas de governo e poder que lhe permitiam uma visão abrangente da cidade, diretamente ligada às questões que hoje poderiam ser chamadas urbanas.

Vinculando diretamente a problemática da saúde pública às reformas urbanas e, conseqüentemente, a um projeto de modernização social e econômica, a descrição, a narrativa e o diagnóstico construídos pelo médico Januário Cicco estabelecem, para o pesquisador atual, um importante documento sobre a cidade de Natal na virada para os anos 1920.

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão reduzida e revisada do capítulo 1 da dissertação de mestrado intitulada “Linhas convulsas e tortuosas retificações: transformações urbanas em Natal nos anos 1920”, defendida em outubro de 2003 no Programa de Pós-Graduação da EESC-USP, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Roberto Monteiro de Andrade; a bolsa de mestrado da FAPESP (processo n.º 99/03345-0) foi fundamental para o desenvolvimento dessa dissertação.

<sup>2</sup> A professora Otilia Arantes lembra que, “em país dependente e de capitalismo periférico, o moderno é uma obsessão nacional, entendido via de regra como esforço de atualização, sendo o metro a evolução das sociedades centrais. Modernizar-se – dos hábitos de consumo até os sentimentos estéticos – era condição de formação nacional, redenção do passado colonial etc” (1998, p.37).



**Figura 01:** Natal, panorama da Cidade Alta, vista do alto da torre da Matriz: em primeiro plano, a Praça André de Albuquerque; ao fundo, barra de entrada do rio Potengi e (no canto superior direito) cais da Alfândega e parte do bairro comercial da Ribeira. Fonte: J. Cicco, *Como se higienizaria Natal*, 1920.

Mais ainda, por ser um texto crítico e propositivo para uma cidade que já havia passado por um primeiro ciclo de reformas urbanas, permite entender, balizar e discutir as diversas representações que procuraram denunciar, tornar visível e, de certo modo, problematizar o quadro de fragilidade dos serviços e equipamentos urbanos e a constante ameaça de colapso no seu funcionamento.

Quadro que, desde a inconstância dos serviços de abastecimento d'água e de energia elétrica, dos atrasos constantes na circulação dos bondes, da precariedade do calçamento e da insuficiência da coleta do lixo, até a falta de hábitos higiênicos, de educação alimentar ou mesmo de regras de comportamento – no teatro, na biblioteca, nos bondes, nas ruas, nas praças e passeios públicos – , ilustrou e conformou todo um conjunto de temas que foi mobilizado para estabelecer novas bases e questões que justificassem as reformas urbanas que se julgavam e defendiam como necessárias à cidade. Uma constante na imprensa periódica local desde meados da década de 1910, pelo menos, essas representações de uma "crise" urbana são,

portanto, um ponto de partida para compreender o projeto de modernização para Natal articulado durante os anos 1920.

Afinal, para além das discussões sobre a insuficiência técnica da usina elétrica do Oitizero, sobre os atrasos e os constantes descarrilamentos dos bondes devido às linhas mal conservadas ou mesmo sobre a (falta de) qualidade da pavimentação urbana, o que estava em questão era a condição "moderna" de Natal ou mesmo a sua condição de cidade. Sucumbir a esse quadro significava assistir à perda dos signos urbanos modernos havia pouco e mal-e-mal instaurados e, pior, voltar à condição de atraso e ignorância que marcara a vida urbana de Natal no período pré-republicano. O quadro de fragilidade dos serviços e equipamentos urbanos era formulado, de fato, como uma situação-limite que, assim, reclamava urgência na resolução dos problemas. Como diria Manoel Dantas, em um artigo de 1921 sobre "os serviços da cidade":

*Os efeitos da desorganização dos serviços estão se fazendo sentir na cidade, com uma evidência*

*alarmante. Retrocedemos a olhos vistos. [...] A realização dos serviços de tração, luz e esgoto é uma necessidade inadiável, porque, ou a cidade melhora os seus serviços, sobretudo os de tração, água e luz, ou a cidade morre que em tanto importa a perda de sua atividade* (Dantas, M., 1921, p.01; grifos nossos).

Contundente, o artigo de Dantas exprime com clareza e angústia a incerteza, os impasses e a forma como os problemas eram enunciados e conformavam a discussão sobre a cidade. Entretanto, tais palavras não eram apenas peça de retórica de um dos publicistas locais mais articulados, entusiasta do processo de modernização de Natal e participante na construção da história da cidade.<sup>3</sup> Baseado num relatório elaborado pela Comissão de Urgência – convocada pelo governo estadual e composta pelos engenheiros Henrique de Novaes, Décio da Fonseca e Borges de Mello para avaliar as condições e apontar soluções para os serviços e equipamentos urbanos de Natal nesse mesmo ano –, o artigo revela a influência crescente do olhar técnico sobre a cidade e marca, outrossim, um momento de mudanças que acarretariam – no que nos interessa discutir mais de perto – a reorganização completa dos serviços urbanos e a criação da Comissão de Saneamento de Natal, em 1924, responsável pela elaboração do Plano Geral das Obras de Saneamento da capital. Momento em que o discurso técnico enfatizaria, cada vez mais, a indissociabilidade entre a formulação de um projeto de modernização para a cidade e a consecução das redes técnicas dos serviços urbanos, em especial do saneamento.

Pretende-se, portanto, discutir neste artigo o contexto de formação das representações desse quadro de precariedade dos serviços e equipamentos urbanos e, no seu bojo, a emergência de um olhar técnico sistematizado sobre a cidade e seus problemas, como o demonstra, por exemplo, o livro do médico Januário Cicco. Para tanto, cabe antes discutir, mesmo que de forma resumida, alguns temas que marcaram as propostas anteriores de transformação da cidade, em especial: as formulações em torno do combate à “cidade insalubre” e as propostas de modernização econômica que visavam transformar Natal em uma cidade de fato.

## “... tem sido pouco satisfatório o estado sanitário da nossa capital”

As primeiras propostas de reformas urbanas para Natal seriam estruturadas principalmente no contexto de combate à insalubridade de seu espaço urbano, suas causas, efeitos e representações, baseadas no pensamento higienista eivado da “teoria miasmática”.<sup>4</sup> Seria também o mote dos discursos e das práticas que, de forma acerba e explícita com a ascensão da República, proporião a superação da imagem de atraso e da estrutura da velha e insignificante, como se afirmava, “aldeia” colonial e a construção da cidade moderna. Com efeito, esse seria o eixo central das normativas e das propostas de transformação do espaço urbano de Natal até o início da década de 1920.<sup>5</sup>

Mais ainda, seria por meio do discurso técnico, em especial e primeiramente o médico, que a cidade e os seus problemas se fariam visíveis, dizíveis. Não mais o registro estratégico-militar (apontando, principalmente, a localização do Forte, e o número de habitações, soldados, homens e armas) do século XVII, os apanhados administrativos dos funcionários reais da Colônia ou o diletantismo, a curiosidade pelo pitoresco ou o cientificismo naturalista de alguns viajantes estrangeiros do início do XIX; agora o espaço urbano começaria a ser esquadrinhado, assim como os costumes de sua população, com o objetivo de estabelecer as causas para a insalubridade, a irrupção de epidemias e a permanência de endemias, como já aparece no relato do médico do Partido Público, incluído na mensagem do governo provincial de 1851 (Cf. Wanderley, 1851).

Embora de forma sucinta, devem-se registrar as diversas ações realizadas para combater a constante insalubridade da capital nos anos seguintes, sempre à mercê dos inúmeros surtos epidêmicos e das levas de migrantes que prorrompiam na cidade nos períodos de maior estiagem no sertão, como nas secas de 1877-79, 1890, 1902-04 e 1915. Os equipamentos considerados insalubres foram assim localizados nas áreas periféricas, como o “Hospital da Caridade” (1855), o Lazareto da Piedade (1882) e o Mercado Público (1888). A construção do cemitério público do Alecrim (1856) permitiria

<sup>3</sup> Cf. Dantas, G., 2003, cap. 2, sobre Manoel Dantas e o seu papel na construção da história de Natal.

<sup>4</sup> Sobre a introdução do pensamento higienista no Brasil, Cf. Andrade, 1992, Abreu, 1997, e Gunn, 1998, dentre outros estudos.

<sup>5</sup> Sobre a história urbana da higiene e do saneamento em Natal, Cf. Ferreira et al., s.d. [inédito].

romper com a prática das inumações em “solo sagrado”, nas igrejas, seus arredores ou em torno dos cruzeiros, que se tornou impraticável com o grande número de óbitos ocasionados pelas epidemias. Em 1882 foi organizado um serviço de abastecimento d’água, com a cessão dos direitos de exploração ao dinamarquês Phelippe Leinhardt. Ademais, introduziu-se o hábito do banho de mar como prática medicinal. Dessa maneira, pode-se observar como se começou a montar um aparato estatal de controle e disciplina social, com legislação e instrumentos repressores próprios, a partir da organização da “Inspectoria de Hygiene Publica” estadual, em 1892 (Ferreira et al., s.d., cap.2).

De forma crescente, o “estado sanitário” da capital converteu-se em objeto de preocupação nas falas oficiais até a segunda década do século XX. O olhar e o discurso higienistas se tornariam recorrentes, apontando, em especial, a necessidade de pôr termo aos hábitos desregrados da maioria da população. Pedro Velho,<sup>6</sup> por exemplo, Inspetor de Saúde Pública do governo provincial em 1886, atribuiria quase que exclusivamente à “incúria da população” as causas para o estado “pouco lisonjeiro” da higiene pública de Natal (Cf. Cascudo, 1947, p.210-211).

Para combater esta “incúria” e os focos não naturais de infecção começaria a ser montado um aparato médico-sanitarista restritivo e punitivo, que tentaria cada vez mais interferir, por meio de procedimentos amparados numa legislação higienista, nas esferas da vida na cidade, quer públicas ou privadas, o que mostra a ampliação da própria noção de higiene e saúde públicas.

Se é verdade que os dicionários não dão conta da velocidade das mudanças semânticas, eles de alguma maneira cristalizam e demarcam os significados e acepções das palavras em um determinado período. Neste sentido, e apenas para ilustrar, vale lembrar os verbetes sobre saúde e higiene de dois desses dicionários que pertenceram a intelectuais locais e hoje compõem o acervo do IHGRN. Para Francisco Constancio (1836), no segundo quartel do século XIX, a higiene era um ramo da medicina que ensinava a conservar a saúde; esta, por sua vez, seria o estado de “perfeita conservação das funções dos homens e dos animais”. No início do século XX, o dicionário de Castelbranco (1918) já estendia

o adjetivo “pública” à noção de higiene, referindo-se ao “conjunto de conhecimentos e preceitos que asseguram a saúde das populações consideradas em massa”; a saúde referia-se ao perfeito equilíbrio das funções orgânicas do indivíduo, a não existência de doenças, ao vigor e à conservação das forças físicas.

A ampliação dessas noções é sem dúvida tributária dos esforços de constituição da medicina como ciência social ao longo do século XIX, para a qual os cuidados com a saúde eram de “natureza essencialmente social”; ademais, como afirmariam os médicos alemães, por exemplo, era essencial entender o mundo moral e físico em que o indivíduo estava inserido para diagnosticar as doenças e combatê-las com precisão (Rosen, 1980, p.77-141 passim). Esforços que teriam clara ressonância no *corpus* teórico dos principais centros difusores da profissão no Brasil, principalmente no período pós-1870: as faculdades de medicina do Rio de Janeiro e de Salvador (Cf. Herschmann, 1994; Schwarcz, 1993).

Não se pode deixar de mencionar que essa série de normativas, restrições e punições, escudadas no combate à cidade insalubre, guarda uma relação direta com a formação dos territórios populares na cidade, expulsando os moradores que não tinham condições de obedecer às novas exigências construtivas para os dois bairros centrais – a Cidade Alta e a Ribeira – e contendo a grande leva de retirantes que acorria à cidade fugindo das secas e em busca de trabalho nas obras de modernização da capital, na construção de ferrovias, nos melhoramentos do porto, na abertura de estradas, ruas e avenidas (Cf. Oliveira, 1999; Santos, 1998). O surgimento de bairros como o Alecrim, as Rocas e o Passo da Pátria, por exemplo, está vinculado aos movimentos dessa nova lógica de ocupação espacial, na qual a segregação se tornaria estrutural.

O tema da cidade insalubre logo seria consubstanciado nos discursos sobre a necessidade da modernização econômica de Natal; seria o fio principal a compor a tessitura de uma trama que reclamaria de forma veemente transformações e reformas urbanas. Com o advento da República, as capitais e cidades mais avançadas econômica e politicamente ganharam um novo *status* dentro

<sup>6</sup> Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1881 (embora tenha estudado os quatro primeiros anos na Faculdade da Bahia), e jornalista, foi um dos principais agitadores e articuladores republicanos no Rio Grande do Norte, um dos fundadores do jornal A República, governador do estado entre 1892 e 1896, deputado federal e senador até 1907, ano do seu falecimento, e principal líder político da chamada “oligarquia Albuquerque Maranhão”; o poder político do seu grupo familiar à frente do governo estadual perduraria de 1892 até 1913 (Cf. Oliveira, 1999, e Souza, 1989).

do processo conturbado de passagem de uma sociedade agrária para uma urbana no Brasil. A cidade não seria apenas o *locus* de uma nova civilidade forjada à européia, mas, no contexto latino-americano, um elemento central para “criar a modernidade, estendê-la e reproduzi-la” (Gorelik, 1999, p.55-56).

Isso se traduziria inicialmente, em Natal, nas discussões em torno da superação do isolamento geográfico da cidade – confinada, como enfatizariam muitos, entre as dunas, o rio e o mar –, cujas conseqüências não se mediam apenas nos parcos indicadores econômicos, mas, principalmente, nos vários aspectos de sua vida social.<sup>7</sup> Para além das mensagens oficiais ou dos relatórios técnicos, foi principalmente nas páginas dos periódicos que os apelos, as reclamações, as apreensões, as demandas pelo “progresso”, enfim, ganharam forma e cores mais vivas.

Assim, em Natal, ao lado das demandas pelos melhoramentos do porto, pela constante dragagem do leito do rio e pela desobstrução da sua barra de entrada, eram noticiadas constantemente aquelas que implicavam a normatização do espaço urbano da cidade.

O serviço de correios, por exemplo, não poderia continuar funcionando baseado apenas nos topônimos locais de uso tradicional. Não havia mais espaço para denominações como rua estrada nova, rua da palha, beco novo, rua capoeira, rua atrás da cadeia, rua da luz onde mora Pereira, descida do Rosário ou mesmo a rua Grande, largo em torno do qual se dispuseram as primeiras casas e prédios públicos da cidade, o poder religioso e o secular. Agora seriam, respectivamente, ruas José de Alencar, 21 de Março, Voluntários da Pátria, Gonçalves Dias, 11 de Junho, Felipe Camarão, Sete de Setembro e Praça André de Albuquerque.<sup>8</sup> O enquadramento do espaço urbano, numerando-o e nomeando-o, aqui preocupado com a assunção de símbolos pátrios e de identificação republicana, levava ao estranhamento da população, colocada à mercê deste projeto de modernização e que via os seus valores e signos de reconhecimento não se ajustarem aos novos padrões de civilidade. De fato, a institucionalização das denominações destrói os registros populares, “desfazendo os suportes subjetivos da memória da população local e da identidade coletiva de um determinado território urbano” (Bresciani, 2001, p.13).

<sup>7</sup> O tema do isolamento geográfico e econômico é essencial para o “projeto” historiográfico local que começou a se estruturar com o advento da República (Cf. Dantas, G., 2003, cap.02).

<sup>8</sup> Proposta, depois efetivada, da Câmara municipal de Natal publicada na *Gazeta do Natal*, Natal, n.40, p.03, 16 maio 1888.

**Figura 02:** A fonte pública do Baldo como espaço de fruição e lazer urbanos (c. déc. 1900). Fonte: acervo Diário de Natal



Mesmo assim, o registro antigo ainda teimou em persistir ao lado da nomenclatura oficial. Como lembraria Câmara Cascudo várias décadas depois, em seu livro de memórias: “Nasci [em 1898] na rua José Bonifácio, que ninguém sabia em Natal quem fora. Toda a gente a dizia Rua das Virgens, no bairro da Ribeira” (Cascudo, 1968, p.39).<sup>9</sup>

Longe de ser apenas um episódio anedótico ou pitoresco do processo de modernização, as propostas de regularização da nomenclatura das ruas revelam muito das características do “projeto” de reforma urbana que as elites propugnavam e que, em Natal, apenas se esboçavam no final do século XIX. Além do interesse em modernizar o sistema administrativo urbano, o que está intimamente relacionado ao sistema policial e fiscal, essas propostas, ao fazer uso de temas e nomes nacionais, demonstram também o esforço em superar o caráter provinciano e acanhado da cidade (Cf. Ramón J., 2001).

Quando o inspetor de higiene em 1896, o médico Segundo Wanderley,<sup>10</sup> propôs o arrasamento da fonte pública do Baldo, não o fez apenas porque era considerado um “foco perene de moléstias miasmáticas”, mas porque se convertia “diariamente em teatro de escandalosas exhibições, afetando não só a integridade sanitária, como atentando afrontosamente contra os bons costumes e moralidade publica” (Chaves, 1896, p.02). Consolidava-se um novo padrão moral que não aceitava ou incluía as práticas, tradições e costumes populares (e o saber da medicina popular, por exemplo, com seus elixires, chás, etc.) (Cf. Telles, 1999).

A proposta do médico Segundo Wanderley traduz esse momento em que o ímpeto do “projeto” civilizador e modernizador do país formulava-se indissociável das reformas urbanas. “Difícil e muito difícil se torna o saneamento de uma Capital nas condições que a nossa se acha colocada, ressentido-se da falta de um calçamento regular, sem um sistema de esgoto apropriado, cuja maioria dos quintais é feita de faxina e as cloacas abertas na superfície do solo”, afirmaria o médico. Para acautelar a “saúde publica”, continuou, faziam-se urgentes mais três “melhoramentos de caráter sanitário”, além do arrasamento da fonte do Baldo e da série de medidas profiláticas: o aumento do aqueduto

que desviava as águas pluviais que se acumulavam na Campina da Ribeira, a remoção do matadouro público e a mudança do lazareto ou a construção de um novo prédio fora do perímetro da cidade, de tal forma situado que não levasse as suas emanações para a cidade (Chaves, 1896, p.02).

Apesar dos esforços da Inspetoria de Higiene ou mesmo, embora em menor medida, da Intendência Municipal, o alcance dessas propostas permanecia reduzido não apenas devido ao restrito orçamento de um estado e de um município de recursos exíguos, mas também às próprias limitações de um saber especializado que ainda se construía. Se o campo urbanístico nem mesmo se nomeava, o médico sofria as conseqüências da chamada “revolução bacteriológica”, que mudaria decisivamente o modo como se explicava a propagação das doenças.

### Cidade Nova para um novo regime

A criação da Cidade Nova (atuais bairros de Tirol e Petrópolis), o terceiro bairro oficial de Natal, um sistema reticulado de baixa densidade e de amplas avenidas, incorporou uma série de temas presentes no debate higienista, como a exigência legal dos recuos entre as habitações, que implicaram em mudanças na forma urbana e na tipologia da cidade. Iniciada em 1901, segundo a resolução municipal n. 55, e “concluída” em 1904 pelo agrimensor italiano Antonio Polidrelli, funcionário da Intendência de Natal, configurou-se como a negação da cidade antiga, colonial, cujos hábitos, edifícios e equipamentos eram considerados insalubres.

As choupanas e casebres pobres existentes, que ocupavam terras que ainda pouco valiam, foram desapropriados ou vendidos. Há registros de que pelo menos 300 moradias tenham sido colocadas abaixo para a abertura das avenidas projetadas.<sup>11</sup> Logo tornar-se-ia destino obrigatório e preferido da elite local: primeiro para fins de semana esporádicos e depois, ao longo das décadas, como moradia fixa para as classes mais abastadas. O governador de então Alberto Maranhão (1900-1903 e 1908-1913)<sup>12</sup> recordaria, em carta endereçada a Câmara Cascudo, as razões da Cidade Nova: a imperial Petrópolis fluminense denominou o antigo Belmonte, o Tirol “foi uma simples fantasia sem justificação real. Uma lembrança da província

<sup>9</sup> Ao discutir o projeto de 1860 de regularização da nomenclatura da cidade de Lima, no Peru, Ramón J. (2001, p.133) afirma que, mesmo depois de 25 anos de realização das mudanças, a população local continuava a usar as antigas e tradicionais denominações.

<sup>10</sup> Médico formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1886, Manuel Segundo Wanderley (1860-1909) participou também da vida política e cultural da cidade: abolicionista, republicano, mas também poeta, jornalista e teatrólogo (Oliveira, G., 1999, p.116).

<sup>11</sup> Sobre a Cidade Nova, Cf. Cascudo, 1947; Miranda, 1981; Ferreira, 1996; Santos, 1998; Oliveira, G., 1999; Ferreira et al., s.d. [inédito].

<sup>12</sup> Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão nasceu em Macaíba-RN, em 1872, e faleceu em Angra dos Reis-RJ, em 1944; formou-se bacharel em Direito pela Faculdade de Pernambuco, a exemplo de quase todos os representantes da elite política e intelectual local, foi promotor público de Macaíba, secretário de estado entre 1892 e 1895, procurador geral do estado até 1900, quando assumiu o seu primeiro mandato como governador; foi ainda diretor do jornal A República e deputado federal, entre 1904 e 1908 (Cf. Oliveira, G., 1999, p.112-113).

austríaca, qualquer coisa de reminiscência recalcada de leituras literárias, e nada mais” (apud Cascudo, 1999, p.351-357).

Se a posterior escolha dos nomes para a Cidade Nova não passava de mera reminiscência literária,<sup>13</sup> a sua criação teve influência decisiva na estruturação futura de Natal. O bairro seria o espaço por excelência do novo regime na cidade (Cf. Santos, 1998, p.42-54, 207), tanto pela conformação de uma estrutura urbana que não se articulava organicamente com a parte antiga da cidade, herdada do período colonial, quanto pelo aspecto exclusivo que marcou a consolidação de um processo de crescimento que tinha na segregação sócio-espacial um elemento estrutural. Assim, muito além dos estros literários, dos sítios e pontes bucólicas, a constituição da Cidade Nova lançou as bases para implantação de um mercado de terras, expropriando ou expulsando posseiros e valorizando os terrenos de políticos, comerciantes e pequenos industriais vinculados ao grupo político local, principalmente com a criação e expansão das linhas de bonde à tração animal, em 1908, e elétrico, em 1911 (Cf. Santos, 1998; Ferreira, 1996).

Além da Cidade Nova, uma série de propostas, resoluções e medidas se sucederam até 1913, conformando o primeiro ciclo de reformas urbanas por que Natal passou, a sua *Belle Époque*.<sup>14</sup> A introdução de inovações técnicas, de novos serviços e equipamentos urbanos, mas principalmente a ênfase no melhoramento e “aformoseamento” do espaço urbano da cidade, com a construção de praças, largos, avenidas e alguns edifícios “modernos” – ecléticos ou neoclássicos –, foram decisivos para espalhar o sentimento de se estar vivendo em uma cidade em transformação, nova, moderna.

Entusiasmo derivado, sem dúvida, da série de ações que tiveram impacto, direto ou indireto, nas possibilidades de transformação e de usufruto desse espaço urbano. Dentre essas, o início das obras do Teatro Carlos Gomes (atual Alberto Maranhão), em 1898; a complementação da linha férrea entre o Rio Grande do Norte e a Paraíba, em 1902; a publicação da extensa Resolução n.º 92, em 1904 – que, entre as várias normativas que buscavam regular as esferas da vida pública e privada em

Natal, dedicou um capítulo específico ao tema da habitação, tornando obrigatório alinhamentos, dimensões mínimas para fachadas, janelas, portas, calçadas e, apenas para a Cidade Nova, recuos lateral e frontal. A contratação, nesse mesmo ano, do arquiteto Herculano Ramos<sup>15</sup> foi decisiva para a conclusão das obras do teatro, assim como para sua decoração e cenografia, e para projetar e conduzir a construção da Praça Augusto Severo (construída em frente ao teatro, sobre a antiga e “miasmática” Campina da Ribeira, tornar-se-ia um dos símbolos principais desse primeiro ciclo de reformas urbanas, um espaço elegante, salubre e civilizado, em uma cidade tematizada como infecta e incivil, local para olhar e ser visto, para a realização do *footing*, antes e depois das apresentações teatrais). Entre 1904 e 1908, foram concluídas as obras de construção da ferrovia Natal-Ceará-Mirim; o saneamento da fonte do Baldo, transformada em logradouro público aberto à população; a reforma do bairro comercial da Ribeira, com a retificação de algumas ruas, como a do Comércio, a abertura de novas, como a Sachet (atual Duque de Caxias), a Almino Afonso e a Tavares de Lyra, e o aterro e nivelamento da Praça Leão XII; o “aformoseamento” da Cidade Alta, com o calçamento e arborização de suas principais ruas e a demolição de dezenas de edifícios que não atendiam às exigências de alinhamento e salubridade; e a continuidade das obras de desmatamento e abertura das ruas projetadas para a Cidade Nova.<sup>16</sup>

A segunda administração estadual de Alberto Maranhão (1908-1913) marca o ápice e, ao mesmo tempo, o fim desse primeiro ciclo de reformas urbanas. Período no qual a cidade – ou melhor, algumas de suas avenidas, largos e praças – foi pensada como o suporte físico e simbólico do poder de sua elite; no qual, formulava-se, a cidade teria superado o atraso da sua estrutura colonial e a insignificância na rede urbana estadual e regional e se tornado uma capital de fato, centro administrativo, político e econômico do Rio Grande do Norte.

Ápice porque ocorreu uma aceleração nos esforços de modernização e, em especial, a introdução de inovações técnicas que tornaram mais visível e plausível o sentido de moderno, como o bonde e a eletricidade. Ainda em 1905, quando a Empresa

<sup>13</sup> Ou talvez e muito provavelmente reminiscência dos anos de estadia na capital federal como deputados ou senadores que assistiam ou acompanhavam o corpo diplomático evadir-se em massa à Petrópolis fluminense nos meses de calor, quando aumentavam a ocorrência das epidemias e endemias (Cf. Carvalho, J., 1987, p.19).

<sup>14</sup> Sobre as reformas urbanas empreendidas nesse período, Cf. Souza, I., 1989; Santos, 1998; Ferreira et al., s.d. [inédito], e, em especial, Oliveira, G., 1999, que discute os vínculos entre as propostas e ações de transformação do espaço físico da cidade e o projeto político-econômico do grupo político dos Albuquerque e Maranhão, que, baseado economicamente nos engenhos de açúcar e na indústria salineira, governou e dominou o estado entre 1892 e 1913, e cujo principal líder e articulador foi o médico Pedro Velho.

<sup>15</sup> Nascido em Minas Gerais, cursou a antiga Academia Imperial de Belas Artes no Rio de Janeiro e complementou seus estudos de construção civil na Europa. Fez parte de diversas comissões no Brasil a partir de 1876, como aquela que avaliou a Casa de Detenção do Recife, em 1882 (Segawa, 1998, p.30). Contratado em 1904, permaneceu em Natal até 1914, pode-se dizer que foi o responsável pela feição arquitetônica e paisagística do primeiro ciclo de reformas urbanas em Natal (Cf. Maranhão, 1904; Tavares de Lyra, 1905a, 1905b; Miranda, 1981; Oliveira, G., 1999).

<sup>16</sup> A lista de obras e serviços citados nesse parágrafo baseou-se nas mensagens de governo (série documental de 1898 a 1914) e em Oliveira, G., 1999, p.59-95.



Figura 03: Natal, praça André de Albuquerque (c. déc. 1910)– o desenho do jardim e a introdução dos melhoramentos e serviços urbanos modernos modificam a paisagem do sítio original de fundação da cidade. Fonte: acervo Diário de Natal.

Figura 04: Natal, Ribeira, Rua do Comércio - atual Rua Chile (c. déc. 1910). Fonte: acervo Diário de Natal.



<sup>17</sup> Ou o equivalente a 350.000 Libras; “O estado deu como garantia especial a renda sobre o imposto da exportação do sal e os rendimentos extraordinários provenientes dos serviços a se effectuarem com os fundos do dito empréstimo” (Maranhão, 1910, p.34). A transcrição do contrato original, em francês, é encontrado na mensagem de governo de 1927 (Cf. Medeiros, 1984, p.190-197). O empréstimo só terminaria de ser pago em 1954 (Souza, I., 1989, p.237).

<sup>18</sup> Esses valores referem-se apenas aos investimentos diretos efetuados pela administração estadual; parte significativa dos recursos do empréstimo foi repassada às empresas concessionárias, como em 1910, quando a Empresa de Melhoramentos de Natal recebeu o repasse de aproximadamente 900:000\$ (novecentos contos de Réis) para a consecução das obras e serviços a seu encargo: construção da usina elétrica, implementação do bonde e da iluminação elétricas e de uma rede telefônica, construção de um balneário na antiga praia da Limpa, de fornos de incineração do lixo, etc.; somadas as duas rubricas, foram gastos apenas nas obras públicas de Natal pelo menos 40% do valor do empréstimo captado (Cf. Maranhão, 1910, p. 17-20; 1911).

<sup>19</sup> De uma exportação de 13 mil toneladas em 1888, cujos valores atingiram mais de 1.300 contos de réis, em 1891 (para 14.323,32 toneladas exportadas), e 1.200, em 1897 (para 9.557,251 toneladas), houve uma depressão acentuada até 1913. Mesmo com a recuperação posterior, a produção e a exportação do açúcar não conseguiram atingir os mesmos patamares do final do século XIX: em 1928 foram exportadas 4.944,48 toneladas, pouco mais de um terço do que já havia sido produzido no auge dessa cultura (Souza, I., 1989, p.40-46).

de iluminação a Gás Acetileno foi inaugurada e substituiu os antigos lampiões a querosene, usava-se apagar os bicos de luz três dias antes e até três dias depois do período de lua cheia (Cascardo, 1999, p.301). Apesar dos problemas na produção e distribuição da energia elétrica em Natal a partir de 1911, quando foi construída a Usina Elétrica do Oitizeiro, a eletricidade suscitou a ampliação das possibilidades e dos significados da vida urbana: uma vida social noturna mais freqüente, a ida aos cinemas, a importação e uso de eletrodomésticos, a música nas vitrolas, as bombas de distribuição para o abastecimento d’água. Sabe-se que, mesmo mal aproveitada, vinculada ao capital estrangeiro e sem pesquisa nacional que incentivasse a expansão do consumo para a maioria da população durante a Primeira República, a eletricidade foi “motor” essencial da modernização, da industrialização das regiões mais avançadas economicamente do país (Magalhães, 2000).

Contudo, sem estrutura administrativa e recursos financeiros suficientes, tanto na esfera de governo estadual quanto municipal, para executar os serviços e obras idealizados, o governo de Alberto Maranhão valeu-se de duas medidas básicas. Primeiro, contratou ou mesmo incentivou a criação de diversas empresas que os realizassem, como a empresa para os melhoramentos do porto, a Companhia Ferro Carril de Natal (criada em 1908, para transporte, com bondes à tração animal, de cargas e passageiros dentro do perímetro urbano da cidade) e a Empresa de Melhoramentos de Natal, à qual foi entregue a maioria dos serviços urbanos anteriormente a cargo do Estado (a gerência da concessão de aforamentos, do abastecimento d’água, a construção da usina elétrica, em 1911, e, em consequência, a organização do sistema de iluminação e do bonde elétricos).

Em segundo lugar, a captação de recursos externos vultosos que possibilitassem, justificava-se, a aceleração do processo de modernização, o “aformoseamento” da capital e o desenvolvimento das forças produtivas do estado. Em 18 de setembro de 1909, o governador sancionou a lei n. 270, autorizando o empréstimo de cinco mil contos de réis (5.000:000\$)<sup>17</sup> junto a bancos franceses, valor então correspondente à arrecadação de quatro anos do estado. A lista de “obras públicas na capital” entre 1910 e 1911 é muito extensa e dela cabe

destacar o montante de recursos destinados àqueles espaços e obras que pretendiam suscitar e forjar novas sociabilidades dentro de um padrão de civilidade burguesa. O Teatro Carlos Gomes, por exemplo, cuja reforma, elaborada e executada sob a direção do arquiteto Herculano Ramos, consumiu mais de 17% do total dos investimentos em obras públicas realizadas em Natal nesses dois anos.<sup>18</sup>

Por outro lado, esse momento significou também o fim do primeiro ciclo de reformas urbanas e o início de uma “crise” urbana – uma série de representações que procuraram tematizar os significados da perda e da não continuidade do processo de modernização – que perduraria até o início da década de 1920, o que se explica, mas não se esgota, pela história política e econômica local.

Várias razões podem ser evocadas para explicar este processo. Desde a perda de coesão e capacidade de articulação política da “oligarquia” dos Albuquerque e Maranhão após mais de duas décadas à frente do poder estadual, principalmente depois do falecimento do seu principal líder, o médico Pedro Velho; pelo declínio do principal sustentáculo econômico desse grupo político: a indústria canaveira;<sup>19</sup> ou pela própria fragilidade econômica do estado, incapaz de suportar a sobrecarga no orçamento causada pelo pagamento dos juros e pela amortização do empréstimo francês de 1909; pelo início da Primeira Guerra Mundial, que causou a desvalorização de diversos produtos exportados pelo porto de Natal, e pela grande seca de 1915 – embora não tão calamitosa quanto às de 1877 e 1904 – “responsável” pelo êxodo de mais de seis mil norte-rio-grandenses para o norte e sul do país e pelo prejuízo de mais de 70% na pecuária, como afirmou o governador que sucedeu Alberto Maranhão entre 1914 e 1919, o ex-desembargador Ferreira Chaves (1916, p.05-10).

Embora essas explicações sejam importantes, não se pode deixar de mencionar que elas se imiscuem nas disputas da época e revelam, assim, os rearranjos de poder na máquina administrativa estadual, a troca de acusações, a busca por reconhecimento em meio a um quadro de “transição” política que só se estabilizaria com a assunção de José Augusto ao governo do estado em 1924.

Logo, é principalmente a partir dos próprios limites do processo de modernização urbana que se pode compreender a série de representações de uma “crise” urbana que se seguiu. Se a parte central da cidade havia de fato se transformado ao cabo desse primeiro ciclo de reformas urbanas, afastando-se da imagem colonial indesejada, é certo que as outras partes da cidade e a maior parte da sua população permaneceram à margem desse processo, sem condições de acesso às possíveis benesses da modernização e aos seus signos exteriores.

### Representações de “crise”

A palavra “crise” aparece pouco no conjunto de falas, documentos e, principalmente, artigos compulsados por esta pesquisa. Não obstante, ela parece adequada para discutir o período que se seguiu ao fim da segunda administração de Alberto Maranhão. Afinal, mesmo pouco nomeada, a sensação de “crise” permeia muitas das representações que tematizaram o quadro de precariedade dos equipamentos e serviços urbanos até o início da década de 1920.

Contudo, deve-se ressaltar que essa sensação de “crise” não tinha um significado unívoco e nem mesmo atendia a interesses coordenados; ao contrário, muitas vezes aparecia em discursos opostos, cujo único ponto de aproximação era a discussão sobre a cidade. Mesmo assim, as expressões sobre essa crise se avolumaram, exacerbaram-se nos comentários sobre o “atraso” da vida social e cultural e de certa forma ganharam as ruas, em especial com os motejos sobre o bonde e sobre o tema da cidade do “já teve”.

Essa noção poderia referir-se tanto ao sentimento de não acomodação, de insatisfação, às vezes mesmo de impotência, frente às dificuldades em acalentar o sonho de construção de uma cidade moderna, como repetiria um cronista anônimo, ainda em 1912, que não conseguia se conformar:

*Com o monte de lixo feito diariamente no pé da calçada do mercado do lado do quartel general, pelos respectivos negociantes. Com a inundação na Ribeira, quando cai qualquer chuvada. Com imundície na rua Gonçalves Dias; [...]. Com o bonde de burro que ainda funciona para o extinto Prado.*

*[...] Com o Polytheama, sem ventiladores, não obstante seja uma casa tão decente (Não posso..., 1912).*

Ou ainda à percepção da transição pela qual a cidade passava, que saudava as inovações tecnológicas, mas repreendia o abandono da sociabilidade recatada e os valores tradicionais da pequena cidade do século XIX e, mais ainda, a adoção de hábitos urbanos considerados muito liberais e indecorosos. O lamento conservador se fazia ouvir, mas resignava-se frente à considerada marcha inexorável do progresso (Cf. As natalenses..., 1915).

A “crise” era expressa também nas críticas acerbas que punham em xeque a forma como se dava – ou às vezes mesmo a necessidade de – o processo de modernização. Para quê o bonde e a energia elétrica, se a cidade não tinha condições de mantê-los, questionavam alguns editoriais do Diário de Natal em 1910.

*Para justificar que o diário se manifestou contrário aos melhoramentos dos esgotos e abastecimento d'água, o 'órgão' da oligarquia [A República] citou a seguinte frase que diz termos empregado em um dos nossos artigos analisando os contratos feitos pelo dr. Alberto [Maranhão]: Natal não está ainda em condições de ter luz e bondes elétricos. [...] Que é que tem esta proposição com os projetados serviços de esgotos e abastecimento d'água á esta capital? Com relação a estes serviços nós dissemos que eles eram necessários, indispensáveis e que urgiam ser feitos mesmo com algum sacrifício por parte do estado. [...] Quanto à luz e bondes elétricos dissemos que Natal não estava ainda em condições de tê-los e dissemos uma verdade. Cidade pequena, pobre, mal edificada com ruas esburacadas e de casebres ordinários era uma extravagância iluminá-la à luz elétrica, tanto mais já se tendo um serviço de iluminação a acetileno montado e funcionando regularmente (Triste..., 1911; grifos nossos).*

Representações de “crise” que nos permitem desvelar os interesses conflitantes, as fissuras na aparente homogeneidade do “projeto” urbano das elites locais. Afinal, a reforma da cidade, a introdução de inovações técnicas e a criação e manutenção dos serviços e equipamentos urbanos foram tomados, principalmente nas páginas dos

periódicos, como objetos privilegiados no campo político de legitimação e discussão que – apesar do autoritarismo e das práticas violentas que caracterizaram as ações dos grupos políticos dominantes ao longo da Primeira República (CF. Carvalho, J., 1987; Bueno, 2002; Souza, I., 1987) – se constituiu desde o final do século XIX.

No Rio Grande do Norte, O Diário de Natal<sup>20</sup> foi um dos poucos, e talvez o mais importante, veículo de imprensa a ocupar o campo oposto das falas e dos projetos oficiais, cujo porta-voz era o jornal A República. Originado da folha semanal “O Nortista” (publicado entre 1892 e 1895), o Diário marcou a posição dos setores e dos intelectuais descontentes com a República. Já em seus primeiros números ironizava o pretensão democrático do novo regime, afirmando: “Essa Republica não nega a origem de uma verdadeira fidalguia burguesa que tem e que disfarça” (Estrada..., 1892).

Os ecos de uma crítica nostálgica da monarquia, anti-moderna ou mesmo anti-urbana, que marcara pelo menos a linha mestra inicial das formulações impressas no jornal, cederiam cada vez mais espaço, na primeira década do século XX, ao questionamento sobre a forma como se processavam as transformações urbanas. Nada escapou à pena mordaz e ácida impressa no Diário: nem a Cidade Nova, intitulada “Cidade das Lágrimas”, alcunha que, ao denunciar a expulsão das centenas de pessoas que ocupavam o “matagal” que daria lugar ao novo bairro, sintetizou, pode-se afirmar hoje, o custo social, o caráter autoritário, excludente e segregador deste primeiro ciclo de reformas urbanas; nem as obras de calçamento, de drenagem, os serviços de limpeza, os espaços urbanos reformados e transformados em símbolos da cidade moderna em construção – como a Praça Augusto Severo; a malversação no uso dos recursos públicos; o desvio de materiais importados da Europa; a insignificância das reformas frente à receita auferida por meio de impostos considerados exorbitantes; ou mesmo a competência do arquiteto Herculano Ramos.<sup>21</sup>

Se, portanto, as críticas que punham em “crise” a cidade se faziam ouvir com maior ou menor veemência – quer em chave positiva ou negativa – desde o início do processo de modernização da

cidade no final do século XIX, pode-se afirmar que essas representações ganharam especificidade e contornos mais nítidos ao longo dos anos 1910 e, principalmente, no início dos 1920, a partir das discussões sobre as condições precárias dos serviços e equipamentos urbanos havia pouco instaurados. Contudo, muito mais do que pôr em questão a veracidade ou não de tais representações, o que interessa discutir é como a noção de “crise” apareceu e foi apropriada nos discursos para legitimar as novas bases do projeto de reforma urbana empreendido na década de 1920.

A persistência nesse quadro de precariedade começava a pôr em risco, formulava-se, os padrões urbanos “civilizados” minimamente alcançados; pior, o estado da salubridade pública permanecia preocupante, mesmo sem a eclosão de epidemias ou o agravamento de endemias:

*A Empresa Tração, Força e Luz que em hora aziaga para a nossa capital, encampou os serviços de abastecimento de água e luz e transporte urbano e remoção do lixo dos domicílios, [...], tem vindo nesse crescendo inadjetivável de relaxamento e de descaso pelos direitos do público a que serve, até ao ponto de, como agora acontece, suspender, em pleno inverno, por cerca de vinte dias já, o serviço de remoção do lixo dos domicílios.*

*Este fato escandaloso para o qual se invoca a justificativa cômica e imoral de uma crise de burros na empresa (!)[...]. Semelhante desmando põe, [...], em perigo a salubridade pública, a vida dos habitantes da cidade, [...].*

*O lixo exposto às chuvas constantes do inverno que atravessamos, em caixões abertos, fermenta, apodrece, desenvolve gases letais, cria enxames de moscas, o que tudo vai atacar a vida do natalense, [...]. Os animais de tiro da Empresa, pobres burros lazentos, baixaram ao hospital, [...]. Natal tem visto crescer o seu coeficiente de mortalidade, à medida que cresce a incúria dessa Empresa.*

*Quem quer que penetre nas oficinas [da usina elétrica] do Oitizeiro surpreende-se logo por uma grande alteração na perspectiva daquele recanto nemoroso. É efeito de um himalaia de lixo que se ergue ali dentro barrando o horizonte e atirando na atmosfera uma tromba de gases densos, mefíticos, podres, que vão maligná-la e difundir os miasmas terríveis da fieuvre jaune (Pereira, 1916).*

<sup>20</sup> Este Diário de Natal a qual nos referimos circulou entre 1895 e 1913; existiram outros três com o mesmo nome (a única variação é a utilização da partícula “do” no lugar do “de”), mas sem relação de continuidade: um, o primeiro periódico diário que circulou em Natal, durou apenas dois meses de 1893 (Cf. Fernandes, 1908, p.95); outro, de orientação católica, circulou entre 1924 e 1932, quando foi transformado n’A Ordem, folha diária vespertina mantida pela igreja local; por fim, o Diário de Natal, ainda em atividade, criado em 1939 e vinculado aos Diários Associados (Cf. Cascardo, 1947, p.335-336).

<sup>21</sup> Dentre os muitos artigos do Diário de Natal compulsados no banco de dados da pesquisa, Cf. “De meu canto”, n. 2974, p.01, 28 jun. 1906; “Electricos”, s/n, p.02, 19 set. 1908; “Sortes’ de pelotiqueiro”, n. 4246, p.01, 05 ago. 1911; “A sorte delles...”, n. 4249, p.01, 06 ago. 1911; “Lágrimas de crocodilos”, n. 4250, p.01, 12 ago. 1911; “Ainda os melhoramentos”, n.4286, p.01, 06 out. 1911; “De meu canto”, n.4333, p.01, 12 dez. 1911.

Os textos que tematizam essa “crise” se avolumaram e acabaram construindo um quadro de retrocesso e de pessimismo (Soares, 1999, cap.2). As pessoas pareciam se perder em meio a tanto mato, capim e monturos de lixo que se acumulavam pela cidade. Os bondes, além de não atenderem à demanda, desmanchavam-se ao longo dos trajetos, deitando por terra a sua fiação elétrica, trazendo riscos à vida dos pedestres e usuários dos veículos (Mello e Souza, 1920, p.40). Os logradouros públicos sofriam da mesma desatenção, mesmo aqueles que haviam sido construídos e tomados como símbolos das primeiras reformas urbanas do período republicano, dos esforços de superação do dito atraso da estrutura, imagem e hábitos da cidade colonial, como o jardim da Praça Augusto Severo: “Aquele logradouro há muito tempo constitui um foco perigoso de mosquitos, devido à lama, que arrastada pelas marés de enchente, se acumulam no leito causando exalações pútridas, sendo os transeuntes obrigados a levar o lenço às narinas” (Tópicos..., 1919a).

As interrupções no fornecimento de energia eram constantes, o que afetava diretamente, além do funcionamento da iluminação pública já considerada precária, o abastecimento d’água, o transporte coletivo e, inclusive, a circulação dos jornais.<sup>22</sup> Se esta precariedade era evidente mesmo nas áreas valorizadas pelas elites, quer de moradia ou de lazer, os serviços de água, luz e limpeza públicas eram “uma trindade de utopias para os moradores das áreas mais afastadas” (Natal Jornal, 1919).

Tanto o terreno da ETFL, no Oitizeiro, onde ficavam as oficinas de manutenção, os fornos de incineração do lixo e a usina elétrica – uma área “pantanosas e coberta de viçoso capinzal” – quanto a saúde de seus funcionários, constantemente acometidos pelas endemias de inverno, o impaludismo e a febre amarela, eram tomados como um retrato da penúria em que se encontrava o espaço urbano de Natal. Mesmo atendendo e clinicando constantemente, como médico da Empresa, Januário Cicco admitia que pouco podia fazer frente às más condições de trabalho e habitação que degradavam o ambiente:

*Não é sem o meu protesto que a Empresa mantém aquele viveiro de morte; produz o seu saneamento e a profilaxia preventiva, desde que assumi a*

*responsabilidade de cuidar daquela boa gente, mas até hoje continua no mesmo estado o pantanoso capinzal, e, endemo-epidêmico, o impaludismo ali vai ceifando vidas preciosas à família e à Pátria. Custava tão pouco, numa área relativamente pequena, fazer o dessecamento do estreito vale, canalizando as águas empoçadas, por uma série de valetas ao Oitizeiro, que se não pode perdoar tamanha indiferença pela vida dos que têm a infelicidade de residir e trabalhar naquelas cercanias (Cicco, 1920, p.33).*

A amiúde interrupção no fornecimento de energia, devido às precárias condições técnicas (e sanitárias) da Usina Elétrica do Oitizeiro, tornou cada vez mais insustentável a atuação e o contrato da Empresa com o governo do estado. Isto acarretaria na rescisão do contrato já no primeiro ano do mandato do governador Antonio José Mello e Souza (1920-1923), com a penhora de parte das rendas e bens da Empresa para o pagamento das multas contratuais (Mello e Souza, 1920, p.38).

Enfim, no início da década de 1920, tal sentimento de retrocesso, de efemeridade, espraiou-se da “crise” dos serviços e equipamentos urbanos para as várias esferas da vida social, elaborando, em várias formulações e por meio de várias vozes, uma situação-limite que interpelava a sua própria condição de cidade, como transparece nesse artigo sobre os cinemas de Natal:

*Natal é uma espécie de enfermo desenganado. Cada dia, cada hora, a sua situação se agrava, e todos os meios empregados para evitar o seu desaparecimento se vão tornando improfícuos. Deixemos à parte as suas péssimas condições higiênicas e voltemos agora as nossas vistas para os seus gêneros de diversão.*

*Temos há muito tempo dois cinemas: Polytheama e Royal, ambos de propriedade do sr. Américo Gentil e arrendados ao sr. Alberto Leal, que há anos, explora em nossa terra esse ramo de negocio. O Royal, situado em um dos principais pontos do bairro alto, além de ser um verdadeiro alojamento de pulgas, permite a entrada de grande número de pessoas descalças, dando-nos uma impressão de cinema de quinta ordem. O seu operador não pode ser pior; arrebenta-se a fita de minuto a minuto; a molecada entra a assoviar o que a pianista está*

<sup>22</sup> “Agradecemos o atraso da circulação desta folha, logo pela manhã, a essa empresa macabra e fraudulenta sob a gerência deste italiano desconhecido, que se chama Americo Gentil. Ontem, o bairro da Ribeira ficou às escuras desde as quatro horas, causando com isso, prejuízos a todos que têm luz em suas residências, principalmente aos jornais que circulam pela manhã. Interessante é que o bairro preferido é sempre o da Ribeira...” (Empresa..., 1919).

*assoprando; as pulgas mordem as pernas dos espectadores; a meninada bate palmas e dá gritos que ninguém se move, não ha quem tome providências para cessar tais abusos.*

*O Polytheama, se bem que menos freqüentado, é quase a mesma coisa. Dizem que embaixo do palco há lixo para um dia de transporte nas carroças da limpeza pública. [...]. Enfim, os dois únicos estabelecimentos de diversão de nossa capital estão prestes para entrar para a galeria do 'já teve' se o sr. Américo Gentil não rescindir o contrato ficando ele mesmo com suas casas (Cinemas..., 1921; grifos nossos).*

Os bondes foram possivelmente a melhor expressão dessa "crise", tornando-se matéria constante nos periódicos, principalmente depois da eletrificação das linhas, em 1911. Se os bondes eram para alguns a "alma da cidade", dessa nova cidade em transformação, por meio dos quais era possível senti-la pulsar, vibrar, adivinhar-lhe os estados de espírito, acolhendo a todos "sem distinção de classe, de cor ou de política", enfim, sem os quais a nova cidade não tinha vida (O bond, 1923). O seu funcionamento constantemente precário era, por conseguinte, constitutivo da "crise" da cidade em formação.

A intermitência do pulsar desta alma, o bonde, no caso, não é nem metáfora nem retrato, metonímia talvez, das frágeis bases técnicas em que se assentava este processo de modernização; é expressão dessa condição débil que impedia o funcionamento minimamente razoável dos serviços de tração urbana e de iluminação pública e, pior, para o olhar médico, do bombeamento do sistema de abastecimento d'água da cidade.

"Não sei como pudemos viver tanto tempo sem ele [o bonde]!", afirmaria um cronista anônimo de 1923, percebendo com sutileza a potencialidade de mudança na introdução desses melhoramentos e novas tecnologias, levando a, mesmo numa pequena cidade como Natal, novos ritmos, novas dimensões e formas de apreensão da cidade: das errâncias no espaço restrito da cidade colonial às novas velocidades, extrapolando pouco a pouco os seus limites físicos, e às novas sociabilidades no contato próximo "entre toda sorte de passageiros, com suas palestras, informações, bisbilhotices", forjando a "psicologia de uma população" (Ibidem).

Assim, ao pôr em "crise" a cidade, tais representações constituíram o esteio das discussões que propugnavam a articulação de um novo projeto de modernização urbana para Natal. Tornaram mais vivos e exacerbaram os anseios pela construção de uma cidade moderna. Ao mesmo tempo, e apesar da responsabilização da ETFL, a noção de "crise" naturalizou a leitura desse processo. Transformou em um mero problema de má administração ou desatenção na gestão dos serviços e equipamentos urbanos o que, na verdade, encontrava suas raízes na estrutura social extremamente desigual e no processo de modernização brasileiros. O que, no final, desresponsabiliza a todos (Cf. Telles, 1999).

A partir de 1921 diversos esforços foram envidados para reorganizar os serviços urbanos e melhorar as condições de salubridade da capital. A aparente estabilidade das condições sanitárias não resistiu à primeira grande irrupção epidêmica. As demografias sanitárias e os altos índices de mortalidade desvelavam e ao mesmo tempo espacializavam as endemias do seu espaço urbano. Foi dentro desse quadro, e para responder a ele, a partir da codificação da realidade em dados que podiam ser comparados sincrônica e diacronicamente, que o médico Januário Cicco construiu a sua topografia e geografia médica de Natal. Uma crítica, se é permitido dizê-lo, que se juntou ao clima decadentista e pessimista que perpassa a leitura dos vários jornais na virada para a década de 20, à imagem da cidade do "já teve" e do efêmero. Contudo, essa crítica pode e deve ser diferenciada das demais, uma vez que não se funda nas exterioridades e signos de uma civilidade burguesa apenas; antes de mais nada, é um esforço de compreensão abrangente do espaço e da vida urbana, incluindo aí, principalmente, as condições de vida das classes populares, sua habitação, alimentação e (falta de) hábitos higiênicos.

### Como higienizar Natal

Depois da devastação de milhares de vidas devido à *influenza*, em 1918, Carlos Chagas, Diretor Geral da Saúde Pública brasileira, fez circular um telegrama entre todos os Inspectores de Saúde dos Portos do Brasil solicitando as medidas necessárias a cada localidade para conter o avanço de novas epidemias de alcance mundial. Para Januário Cicco, Inspetor

da Saúde do Porto de Natal, não era necessário nada de novo, exceto a execução do artigo 56 do Regulamento Geral de Saúde Pública, de 1914: “no laconismo da minha resposta quis afirmar que nenhuma disposição regulamentar, nem outra qualquer medida profilática seria capaz de nos premunir com tanta segurança como a criação dos serviços de defesa, constantes daquele dispositivo de lei” (Cicco, 1920, p.04).

Contudo, acusaria Cicco, ao contrário de países como os Estados Unidos, a Inglaterra, França e Itália, onde “a legislação sanitária atinge os limites da perfeição”, o Brasil permanecia à mercê de um “indiferentismo mórbido”, de uma incúria administrativa de “estadistas de última hora”, que constrangiam as repartições e órgãos de higiene e saúde pública com “politicalhas” (Ibidem, p.04-05). Dentre desse quadro, o caso de Natal mostrava-se exemplar, onde as benesses das condições climáticas apenas impediam o pior.

Enquanto sua crítica às condições e à política de saúde pública no país era amígdala mordaz e irônica, a apreciação das condições locais exigiu-lhe maiores cuidados e ressalvas, construindo-se o diagnóstico da cidade, por meio da sua topografia e geografia médicas. Cabe então acompanhar como a cidade apareceu no discurso médico, desdobrando as configurações históricas e administrativas, observando as subdivisões dentro de cada bairro a partir de suas formas próprias de assentamento e das suas endemias particulares. Assim, constituía-se uma nova forma (de divisão) do espaço urbano que esquadrihava os seus meandros e revelava alguns núcleos que estavam encobertos nas generalizações oficiais.

A área urbana da cidade dividia-se, grosso modo, entre a Cidade Baixa ou Ribeira e Cidade Alta. Contígua à primeira, mais ao norte e separada apenas por uma faixa de 400 metros – sobre a qual seria expandida a Ribeira, a partir do Plano Geral de Sistematização –, ficava o bairro das Rocas. A Cidade Alta, o platô elevado de ocupação primeira da cidade, estendia-se a leste até a Cidade Nova, desdobrando nos bairros de Petrópolis e Tirol, e ao sul até o Alecrim; este último, por sua vez, podia ser subdividido em Baixa da Beleza, Boa Vista e Refoles (Ibidem, p.07-08).

O esquadrihamento minucioso do espaço urbano pelo higienista, diria Cicco, assemelhava-se aos preparativos de um general para a guerra ou de um engenheiro para uma obra – não se podia avançar sem um reconhecimento prévio da situação, sem um projeto – que “estuda os motivos de êxito, traça na carta geográfica o ataque ao inimigo, e, enquanto lhe resta outra melhor hipótese de vitória, não expõe os seus soldados ao infortúnio de uma derrota” (Ibidem, p.21). Assim, antes da proposição de soluções, partia-se para a busca acurada de reconhecimento do território e das condições culturais da população, incorporando os novos estudos etiológicos e a microbiologia à concepção do meio como elemento propiciador de endemias, moléstias e irrupções epidêmicas. A preocupação com as fontes de abastecimento, com as lagoas e, fundamentalmente, com a estagnação das águas era retomada com veemência, não mais pela exalação de gases pútridos, os miasmas, mas pelos focos, larvas, mosquitos, que encontravam ambiente propício no lodo, na lama ressecada, nas poças e olhos d’água, em todo o meio líquido que estivesse parado.

Embora a teoria miasmática tivesse refluído e sido praticamente desconsiderada com as pesquisas de Pasteur, a concepção mesológica perduraria no século XX, como pode ser comprovado nas proposições e nos projetos do engenheiro Saturnino de Brito (Andrade, C., 1992, p.27) ou mesmo na topografia e geografia médica de Cicco. Atualizando os conhecimentos médico-sanitários por meio dos avanços da teoria microbiana, Cicco retomava essa concepção para compreender a insalubridade da cidade e da região, construindo uma relação estreita entre o ambiente urbano ou rural, as moléstias e os hábitos da população.

Porém, as medidas profiláticas, as vacinações e revacinações, as desinfecções, o esforço do médico no embate diário pela cura dos seus pacientes, pouco podiam frente à falta de educação, de uma cultura higiênica, de habitações salubres e de uma rede eficiente de abastecimento d’água e de dejetos dos esgotos, afirmaria Cicco (1920, p.14).

Cicco não defendia que o saneamento e a higiene fossem realizados como nas reformas urbanas conduzidas pelo engenheiro Pereira Passos, parte

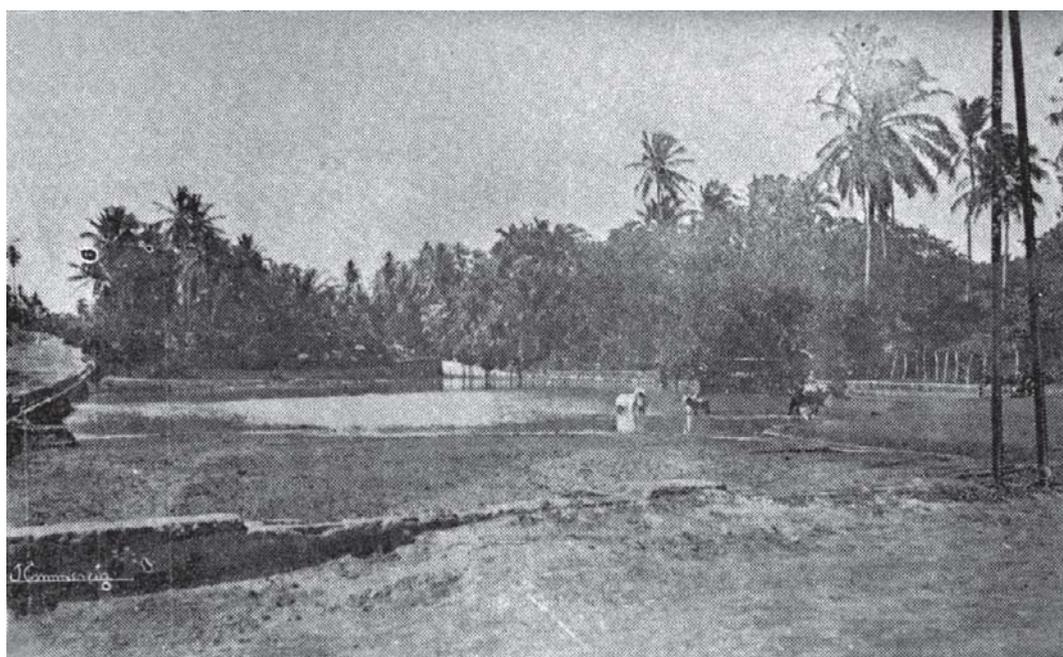
de um projeto maior de modernização impetrado pela elite dirigente, e que teve na “Revolta da Vacina” um dos seus episódios mais contundentes. A modernização do espaço urbano, por meio da “ditadura Passos” e da “ditadura sanitária”, desvelava um projeto civilizatório excludente que repunha as diversas práticas de repressão e punição do período colonial, como o chicote para lacerar a carne dos revoltosos, identificando-os, assim, socialmente e mostrando a sua submissão à ordem, da mesma forma que a marca da vacina significaria a prostração à autoridade sanitária. Sevckenko (1993) revelaria na leitura da “Regeneração” de Passos a conformação de um espaço ordenado que segregava e separava, impondo grades, prisões e açoites, morais e físicos, aos indesejados, ao rebotalho vagabundo que se entremeava e sobrevivia, mesmo antes das reformas, nas entranhas do centro da cidade.

Assim, ao propugnar a necessidade incontestada de fazer as águas circularem, de reformar o espaço urbano a partir da reforma da habitação, principalmente das classes populares, e da mudança e introdução de novos hábitos que tinham a higiene

como eixo central, o médico Cicco não estava afastado do ideal de disciplinamento, da organização e do governo racional da cidade, que era o oposto utópico da “cidade pestilenta” (Andrade, C., 1992, p.16). Procurava, talvez se possa afirmar, a “disciplina suave” do “conforto civilizado”, que não reprimiria ou proibiria, mas substituiria as formas de satisfação corporal do “conforto selvagem” (Cf. Beguin, 1977).<sup>23</sup> Ao invés da promiscuidade – lida no adensamento demográfico do bairro do Alecrim, na convivência indesejada da lavagem de roupas, corpos e animais em logradouros públicos como o Baldo, ou nos comportamentos considerados indecorosos e degradantes, como o alcoolismo e a prostituição no Passo da Pátria – Cicco propunha o conforto dos fluidos em circulação. Em especial, o conforto da água tratada que chegaria através das tubulações do sistema de abastecimento, e da rede de esgotos que, ao canalizar e eliminar os dejetos, ajudaria a evitar o contato com a sujeira e os excrementos presentes no solo contaminado pelas fossas negras ou pelas simples cavas superficiais onde se enterrava até o entulho acumulado pela limpeza pública.

<sup>23</sup> Cf. Beguin, 1977; sabe-se que Saturnino de Brito preconizava um “higienismo pedagógico”, em oposição ao “higienismo despótico” à Oswaldo Cruz (Cf. Andrade, 1992, p. 235).

**Figura 05:** O Baldo, fonte pública e “fonte” de conflitos de ordem sanitária; o médico Januário Cicco documenta o uso para dar de beber e lavar aos animais. Fonte: J. Cicco, *Como se higienizaria Natal*, 1920.



Confortos que a cidade não contava ou mal dispunha, mesmo nos ditos espaços civilizados construídos para o usufruto das elites. O serviço de abastecimento d'água, existente desde 1882, era "detestável", diria Cicco. Proveniente de um tanque circular que recebia águas de nascentes próximas, cujos terrenos eram "pantanosos, cobertos de capim e farta vegetação", o abastecimento da cidade estava sob risco constante (Cicco, 1920, p.31).

O Baldo – na zona intermediária entre a Cidade Alta e o Alecrim – permanecia, na avaliação de Cicco, como um foco de doenças do aparelho gastro-intestinal, onde proliferavam mosquitos transmissores da malária. Apesar de ser uma das fontes principais da cidade, as formas tradicionais de uso do espaço público a condenavam: "Nessa lagoa dão de beber ao gado leiteiro, banha-se gente do povo, lava-se roupa e se refrescam os animais de serviço".

Para Cicco, a limpeza das principais ruas e praças de Natal era uma farsa, "murmurando-se imprecizações aos dinheiros gastos sem o acerto de melhores aplicações", a rede de assistência pública médico-hospitalar estava "sofrivelmente instalada" (o Isolamento de Tuberculosos era uma "casa sem condições de habitabilidade, úmida, baixa, cujo piso repugna, situada à margem direita da *Great Western* e imediações do mangue, sendo mais a *Ante-Câmara da Morte* do que o amparo [...] daqueles desgraçados") e a rede de esgotos inexistia. No seu lugar, fossas negras sem tratamento químico, cavas superficiais para o enterro da sujeira, ao redor dos terrenos e saindo às ruas e praças, quando não eram os dejetos diretamente espargidos no solo (Ibidem, p.21, 40; grifos nossos). Situação que se tornava mais crítica nas "casas de nosso operário":

*com o piso desprotegido e por onde se arrasta a filharada amarelenta e nua, mesclando o chão com as próprias dejeções, misturando à sujidade do local a côdea de pão que lhe cai das mãos, não há remédio contra as reinfecções, tônicos que reorganizem decadências, nem fossas que eduquem um povo de analfabetos* (Ibidem, p.17).

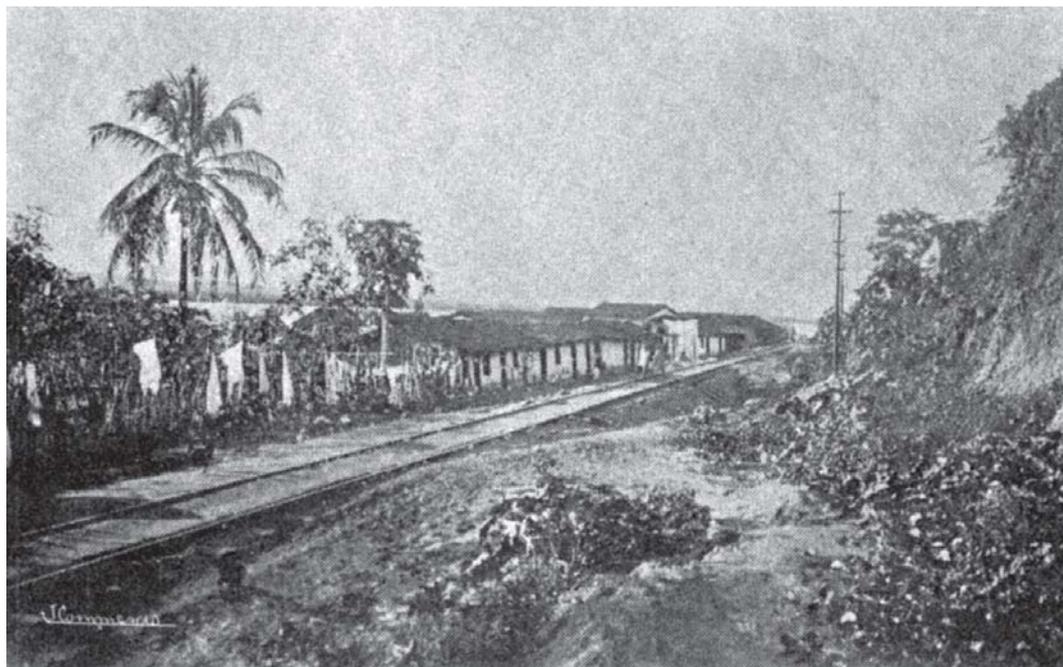
Após uma análise minuciosa de cada bairro, discutindo as especificidades endêmicas, as condições nosográficas e os problemas que eram

gerais à cidade, Cicco proporia uma série de medidas em prol da sua salubridade. A circulação das águas, dos fluidos, era tomada como imperativo, seguindo a tradição higienista que continuou na engenharia sanitária (Andrade, C., 1992), partindo daí a condenação das lagoas e fontes como "perigosas à vida coletiva" (Cicco, 1920, p.11), mesmo na Cidade Nova (Petrópolis e Tirol), o bairro que avaliava como o mais salubre e aprazível da capital. Contudo, a solução definitiva para o problema da saúde nas cidades, de qualquer cidade com mais de dois mil habitantes, e não apenas em Natal, estava na construção de uma rede de esgotos eficiente e na educação (higiênica, moral, profissional) do povo.

O papel central atribuído às ações higienistas e sanitaristas na reforma urbana, que teriam reflexo direto na melhoria social e na elevação do padrão moral das classes populares, permeia este livro e situa Cicco no seio do pensamento do movimento higienista, defendendo a reforma da vida cotidiana por meio das mudanças nos costumes e nas habitações das classes populares. A idéia das moléstias e das pestes como elementos de desordem, de desestruturação da tessitura social da cidade, permanecia, embora agora centrada no indivíduo, devido aos avanços da teoria microbiana (Cf. Andrade, C., 1992).

Defensor de uma nova moral e pudicícia burguesas, o olhar do médico, sem dúvida elitista, não conseguia esconder a incompreensão e o preconceito em relação às práticas e estratégias populares, consideradas todas como causa e conseqüência da promiscuidade e da degenerescência (Bonduki, 1998; Rolnik, 1997). Ao que parecia tão afrontoso, como o Passo da Pátria, não cabia nem reforma – era a destruição pura e simples (Cf. Cicco, 1920, p.11).

O que Cicco não dizia, afinal essa descrição diferia pouco das outras acerca dos bairros populares, era que, além de capins e porcos, esta era uma zona de pândegos e de prostituição, de tudo que parecia mais corrompido ao olhar "civilizado" das elites. Um memorialista depois lembraria que, mesmo entre as meretrizes, não podia haver ofensa maior do que ser chamada de "puta do Passo da Pátria", tal a sordidez e degradação do espaço e daqueles que lá moravam (Pinto, 1971, p.40-41).



**Figura 06:** O assentamento popular do Paço da Pátria, espaço “degenerado” e de hábitos “indecorosos” segundo o viés médico-higienista; não cabia outra solução senão sua destruição, preconizava-se. Fonte: J. Cicco, *Como se higienizaria Natal*, 1920.

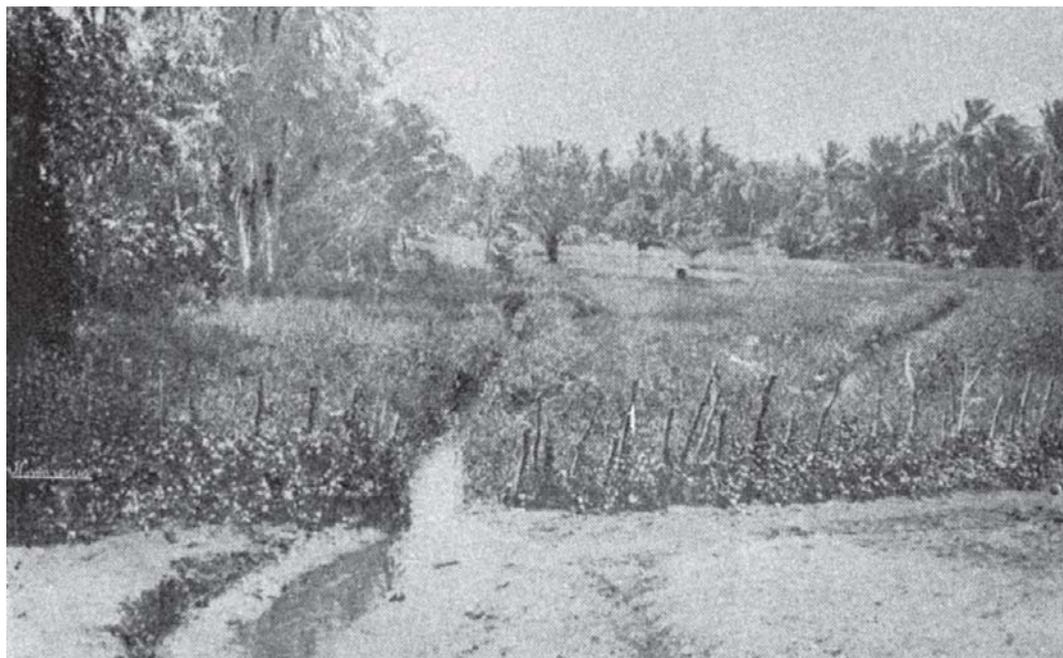
O expurgo, “a destruição do bairro como única medida profilática”, apenas exacerbava o caráter autoritário da ação higienista, presente mesmo na sedução e suavidade do conforto civilizado, que era essencialmente uma busca pela renovação da “máquina humana”, pela elevação da sua capacidade produtiva que “a orgia, os festins e a concupiscência travaram em meio do caminho” (Cicco, 1920, p.29-43).

Mas, para tanto, fazia-se necessário desmontar o paradoxo existente em Natal: uma cidade de clima favorável à salubridade, mas com altos índices de mortalidade. A partir da análise das séries estatísticas da demografia sanitária e da sua experiência como médico atuante na cidade desde 1909, Cicco tentaria desfazê-lo em duas ordens: uma analítica e a outra propositiva, isto é, desmontava conceitualmente algumas explicações para a insalubridade da cidade que haviam sido a escusa para diversas intervenções no espaço urbano e, por outro lado, propunha ações para a eliminação real e prática desse mesmo paradoxo.

Os dados de 1919 apontavam um obituário geral de 1093 pessoas, para uma população de 21.948 habitantes, registrando o alto índice de 49,79 mortes por mil habitantes. Ademais, mais da metade deste obituário era de crianças entre 0 e 5 anos (573 óbitos, o que significava 52,42% do total).

Não eram as epidemias, enfatizava Cicco (*Ibidem*, p.14), responsáveis únicas pelo constante desequilíbrio do estado sanitário da capital. Não era um fator externo, um inimigo que prorrompia nos portos e nas estações ferroviárias, mas a má condição de vida da maioria da população, que se revelava nas habitações precárias, na alimentação pobre, na falta de hábitos higiênicos, fatores agravados pela deficiência do sistema de abastecimento d’água, pela inexistência de uma rede de esgotos, pela precariedade dos serviços e equipamentos urbanos.

O problema, na verdade de âmbito nacional, como demonstravam as pesquisas da missão *Rockefeller* no final da década de 1910, dados avalizados pela



**Figura 07:** Os terrenos de propriedade da ETFL, concessionária dos serviços urbanos de Natal, situados em local alagável, eram considerados um foco permanente de perturbação da ordem sanitária. Fonte: J. Cicco, *Como se higienizaria Natal*, 1920.

viagem de estudos de Belisário Penna, eram as verminoses em geral, e a ancilostomose, o popular amarelão, em particular, que minavam as forças do homem nacional. Um problema que atingiria principalmente as populações do campo e das cidades menores do interior, dos sertões brasileiros, o que permitia a intelectuais como Monteiro Lobato, diria Cicco, estudar as causas da decadência do Brasil no “complexo mórbido que empresta o zôoparasitismo” à “inferioridade do homem do campo” (Ibidem, p.15).

O que aflora, por fim, na geografia e topografia médicas de Januário Cicco é a descrição de uma cidade onde as condições de vida e os hábitos da (maioria da) sua população ainda eram considerados pré-modernos, isto é, distante dos padrões de civilidade burguesa. As imagens dos animais ainda a chafurdar soltos no espaço urbano (um indício talvez da fluidez na separação entre o público e o privado), do lixo depositado nas ruas, da má localização do matadouro e do cemitério, dos banhos e lavagens de roupas, corpos e animais em logradouros públicos como o Baldo, das constantes

inundações na Ribeira, somavam-se às dos costumes tradicionais, das festas e cantorias, da complexa rede de relações sociais construídas pelas classes populares. Testemunhava, assim a permanência de práticas do século XIX ou mesmo do período colonial que se pretendiam superadas. O que, ao lado de todas as representações sobre a “crise” que se abatera sobre Natal nesse período, impunha a necessidade de rearticulação e retomada, formulava-se, do “projeto” de modernização empreendido pelas elites locais.

A idealização de uma cidade moderna, baseada na teoria e prática médico-sanitária e na consecução de redes eficientes de saneamento, constituiu-se também como uma contraposição a outras idealizações, que contemplavam apenas os signos e exterioridades da civilização burguesa. Ao construir a descrição e análise da realidade do espaço urbano, incluindo e discutindo sobremaneira os territórios populares, Cicco fez dessa contraposição um documento que fala muito acerca dos significados e limites das intervenções públicas anteriores sobre o espaço urbano de Natal.

Se este documento tem uma importância que permite discutir as intervenções e propostas que lhe são anteriores, é importante observar que o conjunto de temas, análises e proposições desenvolvidas por Cicco pautaria, direta ou indiretamente, diversas e importantes ações que se estruturariam durante as duas décadas seguintes. Talvez não seja possível realmente afirmar uma influência direta, apesar da ressonância dessa pequena obra na imprensa (Cf. Cascudo, 1920) e da contínua atuação de Cicco como médico em Natal, mas, com certeza, pode-se considerá-la como uma das sínteses mais consistentes dos debates e anseios que o ambiente técnico, social e, sobretudo, cultural suscitou na virada para a década de 1920.

## Referências

- ABREU, Maurício de. "Pensando a cidade no Brasil do passado". In SILVA, José B. da et alii. *A cidade e o urbano*. Fortaleza: EUFC, p.27-52, 1997.
- ALBUQUERQUE JR., Durval M. de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2 ed. Recife: FJN, Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.
- ANDRADE, Carlos R. M. *A Peste e o Plano: o urbanismo sanitário do eng. Saturnino de Brito*. 1992. 2 vol. Dissertação. (Mestrado em Estruturas Ambientais) – FAUUSP, São Paulo, 1992.
- ANDRADE, Mário de. *O Turista Aprendiz*. São Paulo: Duas Cidades, 1976.
- ARANTES, Otilia B. F. *Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização econômica*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- BEGUIN, François. "As maquinarias inglesas do conforto". *Espaço e Debates*, São Paulo, n.34, p.39-54, 1991 [1ª ed. 1977].
- BONDUKI, Nabil G. *Origens da habitação social no Brasil*. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. 2 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- BRESCIANI, Maria S. M. (Org.) *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Ed. Universitária, UFRGS, 2001.
- \_\_\_\_\_. "História e historiografia das cidades, um percurso". In FREITAS, M. C. (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto; Universidade São Francisco, p. 237-258, 1998.
- BUENO, Almir de C. *Visões de República: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*. Natal: Edufrn, 2002.
- CASCUDO, Luis da Câmara. *O tempo e Eu: confidências e proposições*. Natal: Edufrn, 1998 [1ª ed. 1968].
- \_\_\_\_\_. *História da Cidade do Natal*. 3 ed. Natal: IHGRN, 1999 [1ª ed. 1947].
- CASTELBRANCO, Basílico de. *Diccionario Contemporaneo da lingua portugueza*. Lisboa: Livraria Editora, 1918.
- CARVALHO, José M. de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999 [1ª ed. 1987].
- CICCO, Januário. *Como se higienizaria Natal: algumas considerações sobre seu saneamento*. Natal: Atelier Typ. M. Victorino, 1920.
- CONSTANCIO, Francisco S. *Diccionario critico e etymologico da lingua portugueza*. Paris: Tor, 1836.
- DANTAS, George A. F. *Linhas convulsas e tortuosas re-tificações: transformações urbanas em Natal nos anos 1920*. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Tecnologia do Ambiente Construído) – EESC-USP, São Carlos, 2003.
- FERNANDES, Luiz. *A imprensa periódica no Rio Grande do Norte: de 1832 a 1908*. 2 ed. Natal: Sebo Vermelho, 1998 [1ª ed. 1908].
- FERREIRA, Angela L. A., EDUARDO, Anna R. B., DANTAS, Ana C. C. L., DANTAS, George A. F. *Uma cidade são e bela: a trajetória do saneamento em Natal*. 1850-1969. Natal: CAERN, s.d. (aguarda publicação)
- FERREIRA, Angela L. A. *De la producción del espacio urbano a la creación de territorios en la ciudad: un estudio sobre la constitución de lo urbano en Natal, Brasil*. 1996. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidad de Barcelona, Barcelona, 1996.
- GORELIK, Adrián. "O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização". In MIRANDA, Wander M. (org.) *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- GUNN, Philip. "Entre os miasmas e o tanque nos diálogos entre a medicina e a saúde pública sobre a cidade no Brasil". In SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 5, Campinas, out. 1998, [Anais eletrônicos...]. Campinas: FAU/PUCCAMP, cód. 3.7.5, 1998. 1 CD-ROM.
- HERSCHMANN, Micael M. "A arte do operatório: medicina, naturalismo e positivismo – 1900-37". In *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, p.43-65, 1994.
- MAGALHÃES, Gildo. *Força e Luz: Eletricidade e Modernização na República Velha*. São Paulo: Ed. Unesp, Fapesp, 2000.
- MAMEDE, Zila. *Luís da Câmara Cascudo: 50 anos de vida intelectual*. 1918-1968. Bibliografia anotada. 3 vols. Natal: Fundação José Augusto, 1970.
- MIRANDA, João M. F. de. *380 anos de história fotográfica de Natal, 1599-1979*. Natal, UFRN: Universitária, 1981.
- OLIVEIRA, Giovana P. de. *De cidade a Cidade: o processo de modernização de Natal 1889/1913*. Natal: Edufrn, 1999.
- PECHMAN, Robert M. "O urbano fora do lugar? Transferências e traduções das idéias urbanísticas nos anos 20". In RIBEIRO, Luiz C. Q e PECHMAN, Robert

- M. (org.). *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- PINTO, Lauro. *Natal que eu vi*. Natal: Imprensa Universitária, 1971.
- RAMÓN J., Gabriel. "Com a pátria nas paredes. A regularização da nomenclatura urbana de Lima (1861)". In BRESCIANI, M. S. M. (Org.) *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Ed. Universitária, UFRGS, p.121-136, 2001.
- RIBEIRO, Luiz C de Q. e CARDOSO, Adauto L. "Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil". In *Cidade, Povo e Nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.53-78, 1996.
- ROLNIK, Raquel. (1997) *A cidade e a Lei: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 1999.
- ROSEN, George. *Da Polícia Médica à Medicina Social: ensaios sobre a história da assistência médica*. trad. A. L. Souza. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- SANTOS, Pedro A. de L. *Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano*. 1998. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Estruturas Ambientais) – FAUUSP, São Paulo, 1998.
- SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEGAWA, Hugo. (1998) *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1999.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999 [1.ª ed 1983].
- \_\_\_\_\_. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 1993.
- SOARES, Jamilson A. *Fragmentos do Passado: uma (re)leitura do urbano em Natal na década de 20*. 1999. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – CCHLA, UFRN, Natal, 1999.
- SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)*. Natal, s.n., 1989.
- TELLES, Vera da S. *Direitos sociais: afinal do que se trata?*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1999.
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- Artigos de periódicos**
- CASCUDO, Luís da C. "A grande verdade do pequeno livro 'Como se higienizaria Natal'". *A Imprensa*, Natal, 1920 (In Mamede, 1970, v.1, Parte 1, p.176).
- AS NATALENSES. *O Alfinete*, Natal, n.1, p.1, 05 dez. 1915.
- CIDADÃO, Dr. Chefe de Polícia. *Gazeta do Natal*, Natal, n.154, p.04, 08 fev. 1890.
- CINEMAS. *Jornal do Norte*, Natal, n.1, p.2, 17 jun. 1921.
- DANTAS, Manoel. "Os serviços da cidade". *A República*, Natal, n.247, p.01, 15 nov. 1921.
- EMPRESA Força e Luz – Uma vergonha para nós! *Natal Jornal*, n.1, p.2, 04 maio 1919.
- ESTRADA de ferro de Natal a Nova Cruz. *O Nortista*, São José do Mipibu, n.08, p.04, 25 mar. 1892.
- NÃO POSSO me conformar. *O Martelo*, Natal, s/n, p.2, 02 jun. 1912.
- [nota sem título] *Natal Jornal*, n.1, p.1, 04 maio 1919.
- O BOND. *A República*, Natal, n.217, p.01, 23 set. 1923.
- PEREIRA, Francisco B. "A crise asinaria da E. T. Força e Luz – A Saude Publica em perigo – salve-nos o Sr. INSPECTOR de Hygiene". *A Imprensa*, Natal, n.444, p.01, 02 jul. 1916.
- TOPICOS & Noticias. *A Imprensa*, n.1371, p.01, 28 ago. 1919a.
- TRISTE situação. *Diário de Natal*, Natal, n.1250, p.01, 10 ago. 1911.
- Mensagens de governo do RN**
- FERREIRA CHAVES, Joaquim. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 01 de Novembro de 1916*. Natal, 1916.
- FERREIRA CHAVES, Joaquim. *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do RN em 15 de julho de 1896*. Natal: Typographia d'A República, 1896.
- MARANHÃO, Alberto. *Mensagem lida perante o Congresso Legislativo do Estado do RN em 25 de Março de 1904*. Natal, Typ. d'A República, 1905.
- MARANHÃO, Alberto. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 01 de Novembro de 1910*. Natal: Typographia d'A Republica, 1910.
- MEDEIROS, José A. B. *Mensagem lida perante o Congresso Legislativo em 01 de Outubro de 1927*. In Mensagens dos Presidentes do Estado do Rio Grande do Norte na Primeira Republica, VIII, Coleção Documentos Potiguares, n.16. Natal: Fundação José Augusto; Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, p.185-309, 1984.
- MELLO E SOUZA, Antonio J. *Mensagem lida perante o Congresso Legislativo em 01 de Novembro de 1920*. Natal, Typographia Commercial J. Pinto e Cia., 1920.
- TAVARES DE LYRA, Augusto. *Mensagem lida perante o Congresso Legislativo do Estado do RN em 14 de Julho de 1904*. Natal, Typ. d'A República, 1905a.
- TAVARES DE LYRA, Augusto. *Mensagem lida perante o Congresso Legislativo na abertura da sessão extraordinária de 22 de Janeiro de 1905*. Natal, 1905b.
- WANDERLEY, João C. *Relatorio apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte*. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1851. 27 p.

## **Crise urbana em Natal na virada para os anos 1920: impasses da modernização e saberes técnicos**

*George Alexandre Ferreira Dantas*

### **Abstract**

This paper aims to discuss the context and the representations of urban “crisis” which were formulated on Natal at the turn of 1920s. This fact aids to understand proposals and actions – based on a conception of public healthiness mainly – to change the urban space since XIXth century, and to comprehend the “project” of urban modernization that would be developed in 1920s – and in which the emerging of a technical approach was fundamental.

*Keywords:* Natal – urban “crisis” and modernization – representations